



Diversidade e educomunicação: tecendo saberes e integrando práticas



Antonia Alves Pereira

A partir de suas vivências educacionais, pesquisadores apresentaram contribuições à mesa redonda **Diversidade e educação: tecendo saberes e integrando práticas**, durante o VI Encontro Brasileiro de Educação e III EducomSul. O diretor da Casa de Criação Cinema, Rio de Janeiro, Dr. Joel Zito Araújo discorreu sobre a presença do negro na produção televisiva brasileira. Por sua vez, a professora Dra. Naine Terena de Jesus (UFMT) apresentou os diálogos possíveis das práticas educacionais com a identidade indígena.

Ampliando ainda mais a discussão, o direito à comunicação como um dos Direitos Humanos foi discutido a partir da experiência de jovens africanos e de brasileiros, trazida pelas jornalistas Maria Célia Giudicissi Rehder e Vânia Araujo Correia. Em sua fala, Vânia falou sobre as políticas democráticas de comunicação que tem a educação como prática social e estratégia de ação para o desenvolvimento do protagonismo juvenil e da produção colaborativa. Igualmente, Maria Célia falou de sua experiência em projetos internacionais, ligados à ONU, com jovens africanos, o que resultou em dissertação de mestrado sobre direitos humanos aliados ao paradigma educacional, defendida em 2013 na Itália.

Para o mediador, professor Dr. Adilson Odair Citelli (ECA/USP), o momento atual era oportuno para discussão dessas temáticas, visto que há uma luta acirrada e paradoxal na sociedade brasileira. De um lado, os movimentos sociais lutam pela garantia dos direitos humanos a partir da diversidade para afirmar sua identidade e diferença. De outro, grupos institucionais e hegemônicos se articulam para aprovar leis repressivas no Congresso Nacional.

1. BELEZA NÃO É ATRIBUTO DE RAÇA

Nossas mentes precisam ser descolonizadas. Nosso inconsciente cultural está contaminado pelas narrativas, estéticas e valores que circulam na sociedade através dos meios de comunicação social. Para o produtor audiovisual Joel Zito, é preciso compreender a questão da diversidade étnica e racial como histórica, sendo ligada à construção das identidades nacionais dos países latino-americanos que se deu concomitante ao surgimento dos meios de comunicação social.

As mensagens e narrativas desses meios difundiram uma mentalidade colonial destinada a transformar esse novo continente em nações brancas, cuja intenção era o em branqueamento da população. Duas políticas públicas comprovam esse desejo: a proibição da entrada de africanos livres no país e o investimento publicitário na Europa para substituir a mão de obra escrava negra para fins de purificação da raça.

Com o cinema e a televisão, as gerações apaixonadas pelas radionovelas, são substituídas por uma geração que já não precisava mais da imaginação para construir o tipo de característica étnico-racial dos personagens, naturalizando ainda mais o que já estava no imaginário cultural.

O documentário sobre negro na telenovela brasileira¹ apontou que em um terço das telenovelas o negro não aparecia de forma alguma. Nos outros dois terços, apareciam na condição de escravo, bandido, jagunço, empregada doméstica, motorista, jardineiro – a partir de estereótipos negativos para reafirmar uma “natural subalternidade do negro”.

Somente a partir dos anos noventa, é que o negro passa a ter certo destaque, embora com papéis secundários ou com o estigma do “branqueamento” – quando um branco interpreta o papel de um negro. Isso coincide com o momento histórico em que 72% da população se reconhecem como afrodescentes. Assim, atores negros passam a aparecer na telenovela como bonitos – até então ser bonito era condição de ser branco. Antes da aparição dos primeiros galãs e mocinhas, Zezé Motta foi hostilizada por sua condição negra enquanto atuava na novela **Corpo a Corpo**, em 1988.

Taís Araújo foi a primeira atriz a protagonizar uma novela do começo ao fim, em 1995, interpretando **Chica da Silva**. A partir daí, protagonizou mais duas novelas na Rede Globo: **A Cor do Pecado** e **Helena**. Esse cenário da telenovela brasileira propiciou o início da escalação de atores negros, porém apresentando uma cota de não mais que 10% para eles – a não ser que fosse uma novela sobre escravidão que teria figurantes.

1 O documentário “A Negação do Brasil - O Negro nas Telenovelas Brasileiras, de Joel Zito Araújo, em ano: 2001, foi produzido a partir de cinco anos de pesquisa com uma equipe de 14 pessoas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jJFCEpc7aZM&list=PLIZ9Dyq1zKSpZhKAvbk3Pa-UxD9FoQ3Vw>.

Por sua população de maioria miscigenada, seria natural que o Brasil fosse um exemplo de democracia racial com a presença de pessoas morenas ou negras nas telenovelas, nos programas e como personagens de publicidade. Mas é isso que se observa na carreira de Nelso Xavier, Dira Paes e Camila Pitanga, por exemplo.

Em 20 anos de trabalho na Rede Globo, Nelso Xavier nunca teve a oportunidade de usar um terno e gravata, sempre escalado para os papéis de malandro, pequeno comerciante – “aquele cara meio nojentinho” – ou ainda o delegado “bundão” mandado pela mulher. Com características indígenas, Dira Paes passou o início de sua carreira na televisão brasileira fazendo programas cômicos. Até mesmo Camila Pitanga, a perfeita mistura das três raças, ainda faz personagens subalternos vindos da periferia.

Para o Joel Zito, esse discurso da miscigenação tem sido feito para apagar qualquer enunciativa que visa medidas de igualdade racial, pois ser mestiço no Brasil é uma condição de passagem. Nosso consciente cultural foi condicionado e contaminado por essas narrativas e estéticas que descrevem o negro como a mais primitiva condição da raça humana enquanto os arianos com certa proximidade dos deuses.

Enfim, a diversidade só pode ser discutida a partir dessa base colonizada para entender o porquê o negro aparece como subalterno, atrasado, feio e inferior, cujas manifestações culturais são apropriadas como brasileiras ou aparecem como inferior. Diante da posição da sociedade brasileira que trata os negros e indígenas como raças inferiores, fica a indagação: como encontrar estratégia para descolonizar nossa mente e compreender que beleza e inteligência não são atributos de nenhuma raça?

2. O INDÍGENA NÃO SE VÊ NOS LIVROS DIDÁTICOS

Filha de índia do povo terena e homem da cidade, Naine declara: “nós, indígenas estamos cansados dos estereótipos sobre nós” e da invisibilidade colocada sobre o indígena, desejando que o mesmo “fique no folclore da mesma forma que quer o negro na senzala”. A pesquisadora denuncia a aparição do índio na mídia massiva apenas por ocasião de manifestação que “atrapalha o

progresso do país” ou quando vai representar e o folclore do **dia do índio** que vive pelado, no mato e caçando.

As comunidades indígenas estão cansadas desses estereótipos e também de sua ausência nos livros didáticos, o que reflete diretamente na formação da identidade das crianças e adolescentes que se veem na história do país. Um exemplo revoltante dessa questão é sua ausência na história que conta sobre a Guerra do Paraguai, em que os terenas foram convocados como soldados para a luta e muitos morreram; quando voltaram não tinham mais terras; elas haviam sido doadas ou vendidas a fazendeiros, ficando essa população à mercê do período de servidão – desalojamento, trabalho em fazendas, ida para a cidade – culminando com a perda de sua relação com a terra.

Por não se verem representados na televisão e nos livros, muitos adolescentes e jovens têm medo do preconceito quando vão estudar e/ou morar na cidade. Isso porque não existe mestiço indígena – ou você é ou não é; e se você é, carrega uma história com responsabilidade política. Daí a importância dos indígenas estarem na universidade.

Naine considera que essa afirmação da identidade tem permitido o crescimento dos povos. Hoje, existem muitos cineastas indígenas atuantes com produções significativas e independentes; blogs geridos por comunidades ou instituições indígenas que divulgam informações relativas às culturas, bem como perfis em redes sociais que se dedicam a relatar o cotidiano das comunidades, seja das aldeias e de grupos que vivem na cidade – atualmente, em Campo Grande-MS, existem duas aldeias urbanas.

Sua pesquisa doutoral, defendida na PUC-SP, foi realizada a partir de sua aldeia de origem, em Mato Grosso do Sul e tratou sobre os processos comunicativos e o uso das novas tecnologias em escola terena. Pelos depoimentos de professores e a atuação dos estudantes, a pesquisadora constatou a importância da mediação tecnológica em vista de sua visibilidade e atuação como protagonista.

Diante da deficiência dos livros didáticos, muitos professores têm criado estratégias didáticas e metodológicas fazendo uso de desenhos, jogos de leitura, pinturas, cadernos de letrinhas, produtos audiovisual como televisão – para tentar

fugir desse universo colonial que tenta colocar sua escola no mesmo patamar da escola da cidade. Se a educação indígena for idêntica àquela da cidade, ignora-se as peculiaridades da cultura do índio como prevê a Lei 11.645 (10/03/2008) que assegura esse direito e incentiva escolas e professores a acolher as crianças indígenas e afrodescendentes.

Essa mediação tem ajudado os estudantes a serem protagonistas de sua história por meio de técnicas como o registro da história oral que se vale da produção de vídeos destinada a aumentar o acervo de produção audiovisual da aldeia. Esse processo tem levado os alunos a entenderem como são e para onde querem ir, a perceber a realidade do país, entender o porquê que seu conhecimento não está sendo útil à sociedade. Ao compreenderem esse processo, estão sendo capazes de encontrar alternativas para integrar-se a essa realidade, ao mesmo tempo, em que passam a se entender dentro e fora da sociedade brasileira.

Nessa escola terena, os alunos têm celulares, embora não funcione enquanto telefonia, mas são usados para fotografar, filmar e ouvir música. Por exemplo, o fato de ir à casa de um idoso para fotografar e escrever sua história tem mostrado a eles que não precisam mais depender de pesquisas externas. Por sua vez, o uso da fotografia permitiu perceber a profunda diferenciação entre as casas híbridas na aldeia. Enquanto a casa da cidade, vinda por meio do programa **Minha Casa, Minha Vida**, é pequena e de alvenaria, a casa tradicional é grande e permite que mais gente more nela – é feita de palha para ser mais fresca.

Da mesma forma, os professores têm produzido conteúdo audiovisual, graças a oficinas de vídeo e fotografia como a que levou à produção do DVD “Vucapanávo” (Vamos em frente) com temas da cultura terena. Nesse sentido, a educomunicação possibilita ao povo se ver, se entender, se perceber dentro do processo para participar. Um dos sonhos da escola investigada é implantar uma rádio para praticar o idioma.

3. PARTICIPAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DIREITO HUMANO

Resgatando sua experiência educacional, Maria Célia apresenta os resultados de seu mestrado defendido na Itália, em 2013. Sua trajetória de vida, tem aproximado os projetos do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE-USP)

e da Revista Viração a iniciativas internacionais em Timor Leste, Guiné-Bissau, Quênia e Botsuana, algumas vinculadas às Nações Unidas. A experiência dos jovens de Guiné Bissau em torno da produção midiática envolve diversidade e políticas democráticas de comunicação.

Em **Cartas a Guiné-Bissau**², Paulo Freire registrara o processo de alfabetização de adultos num país pós-independência, em meio a suas lutas e resistência em vista da transformação social. Segundo Rehder, esse processo foi educutivo por contribuir com as conquistas de participação e luta por independência. A partir daí, traçou seu percurso investigativo, procurando responder se “a Educomunicação poderia ser uma boa abordagem para vencer os desafios da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes de Guiné-Bissau, nomeadamente o artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança, participação e o direito de ser ouvido”.

O objetivo da pesquisadora era produzir uma revista similar à Viração com os jovens guineenses. Mas logo percebeu que eles já estavam atuando na perspectiva da educomunicação com sua escola dominical sem teto, com programa em rádio comercial e com um sistema de gestão educutiva em rede. Seria mais efetivo, então, que o intercâmbio com a revista brasileira fosse por troca de metodologia.

Os jovens gerenciavam as pautas dos programas de rádio que são ouvidos pelos adultos e por chefes de famílias de comunidades tradicionais. Os temas como direitos humanos, culturas locais e participação em culturas são muito importantes no sentido de chegar aos chefes de família numa cultura, altamente hierarquizada. Quando foram compartilhar a experiência nas Nações Unidas, a Viração fez doação das revistas para o intercâmbio e eles levaram seus programas de rádio.

Um módulo do programa Mídias na Educação (MEC-NCE/USP-UFPE) foi adaptado para professores guineenses a fim de levar aos mesmos os conceitos da Educomunicação. Como 80% do país não tem luz elétrica, a Embaixada

.....
2 Esses escritos foram compilados em 1976-1977, registrando o trabalho de Paulo Freire na construção de um modelo de alfabetização de adultos em Guiné-Bissau, então recém-independente. Nelas, são apresentadas um país com suas lutas, sua resistência e o envolvimento dos militantes na transformação econômica, social, política e cultural. As cartas, ainda, falam de emoções, identificações e angústias de Freire neste processo. A obra está disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_cartas_a_guine_bissau.pdf.

Brasileira cedeu um espaço para que fosse possível prover a participação deles nesse intercâmbio.

Uma educadora com experiência internacional não poderia deixar de falar do Brasil e do mundo. Como coordenadora dos projetos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Rehder informa que 3,8 milhões de crianças e adolescentes estão fora da escola no Brasil³; em sua maioria, são indígenas, quilombolas, com deficiência e vítimas do trabalho infantil. Se a “Educomunicação é um meio para implementar os direitos humanos, inclusive à comunicação, então, é preciso discutir não só sobre quem está fora da escola, mas também sobre sua permanência,” alertou.

Ao participar do Fórum Mundial de Educação, na Coreia do Sul, em maio 2015, deu visibilidade à manifestação dos estudantes sul-coreanos⁴ que denunciaram a pressão psicológica que sofrem para serem os melhores nos estudos.

4. DIREITO À COMUNICAÇÃO NA REVISTA VIRAÇÃO

Comunicar é um ato político que necessita de mobilização para entendimento da comunicação como um direito humano, podendo ser potencializado pelas práticas educacionais que abrem espaço para os jovens produzirem material comunicativo a partir do seu olhar. É isso que realiza a ONG Viração Educomunicação que atua em três frentes: formação de adolescentes e jovens, articulação política da juventude, opção de conteúdo de forma colaborativa mediante o processo educacional.

Vânia conta que a instituição está fazendo articulação política e estratégias comunicativas para efetivar os direitos humanos à comunicação, pois cada ser humano tem o direito de produzir, difundir e receber informações. Assim, o paradigma da Educomunicação está presente como processo da construção da identidade do sujeito livre e autônomo, para além da concepção instrumental.

3 O site www.foradaescolanaopode.org.br mostra a realidade brasileira sobre os alunos da educação infantil ao ensino médio que estão fora da escola.

4 Manifestação dos estudantes sul-coreanos que não foram convidados para participar do Fórum em seu próprio país: <https://www.youtube.com/watch?v=05nag8n83EE>.

Numa realidade em que os meios de comunicação do Brasil são controlados por sete famílias, temos um cenário que cria um monopólio de fala, de interesses políticos e econômicos e de controle social que ferem a diversidade. É preciso leitura crítica e mais vozes falando para afirmar a diversidade cultural e política brasileira, o que se dá por meio de lutas efetivas em vista de sociedade democrática.

Em contraposição, há uma luta histórica de movimentos sociais e organizações pela democratização dos meios de comunicação no Brasil, entendendo esse processo fundamental para que se possa efetivar a democracia e celebrar a diversidade. Grupos em redes sociais, livres, autônomos e educamunicativos têm produzido comunicação de forma livre e colaborativa a fim de garantir os direitos humanos em vista da diversidade.

Sendo militante dos direitos humanos, a Viração vem potencializando a prática educamunicativa por meio de processos de mediação que geram leitura crítica da mídia, ressignificação e até rejeição de mensagens midiáticas e conseqüentemente, criam outra ideia da comunicação, do mundo. Essa prática colaborativa e livre promove coberturas educamunicativas que ampliam as vozes em vista do exercício de cidadania, permitindo que surjam mais vozes e que outros jovens ampliem seus direitos. Ao produzir um jornal mural, um comentário numa rede social a partir de sua experiência, o jovem efetiva sua liberdade e expressão como um direito humano à comunicação.

5. EDUCOMUNICANDO NA DIVERSIDADE

Por meio de uma abordagem interdisciplinar, a mesa apresentou perspectivas desafiadoras para a efetiva diversidade cultural na sociedade brasileira. Educadores e comunicadores precisam encontrar estratégias para dialogar em vista da democratização da comunicação e da ampliação do direito à comunicação. Segundo Citelli, há problemas fundamentais para a democratização da comunicação: a construção/negação da identidade a partir das relações identitárias em um país plural; o reconhecimento, a representação e a auto-representação; e o problema da in/tolerância diante do “diálogo do cacetete, vindo pelas patas da cavalaria”, alusão à repressão ao movimento dos professores. Assim, o mediador convocou os participantes ao debate e diálogo com os expositores.

Alguns questionamentos foram levantados pelos participantes do evento em relação ao discurso de ódio, ao aculturamento do indígena na cidade e a contribuição do negro na cultura brasileira. Por ocasião do “Movimento 18 razões contra a maioria penal” da Revista Viração, Vânia Araújo relatou que os mediadores precisaram experimentar uma postura de diálogo e de escuta frente ao discurso de ódio. Para Naine Terena não existiria um aculturamento do indígena na cidade, se os direitos assegurados pela Lei 11.645 forem praticados nas escolas urbanas.

Para demonstrar que o reconhecimento da contribuição do negro na cultura brasileira ainda não é efetivo, Joel Zito cita Muniz Sodré que enfatiza que essa contribuição ainda não existe ou é vista como atrasada por não se pautar nos valores capitalistas do individualismo, mas deveria ser uma contribuição civilizatória indo além da feijoada e musicalidade. Apesar da melhora significativa, a dramaturgia ainda branqueia os terreiros de candomblé e umbanda, ignorando seus princípios coletivistas baseado em relações familiares.

Em 2007, uma pesquisa da Fundação Cultural Palmares, coordenada por Zito, demonstrou que na TV pública – TV Cultura, Rede Brasil e TV Nacional – apenas 0,9% da programação fora destinado à cultura afro-brasileira; menos de 10% dos apresentadores eram negros e 5,5% dos jornalistas eram afrodescendentes⁵.

Finalmente, seja nas escolas ou nos diversos organismos de luta em defesa dos direitos da diversidade, seja da cultura indígena ou negra, há espaços de expressão em que mediadores, professores e alunos podem se valem dos meios midiáticos para estratégias resistentes frente às ideias hegemônicas que valorizam apenas uma parcela da sociedade. É preciso, pois, sensibilizar os professores e aproveitar as oportunidades de formação para compartilhar essas discussões a partir das premissas educacionais que podem ajudar a construir ecossistemas comunicativos abertos às diferenças.

5 A pesquisa está disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/pesqtv.pdf>.